



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

---- De harmonia com o preceituado no artigo 27.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com a convocatória feita a cada um dos membros, realizou-se no dia vinte e sete de Abril do ano dois mil e dezoito, no auditório da Escola Profissional de Salvaterra de Magos, sito na Rua Heróis de Chaves, em Salvaterra de Magos, a terceira sessão desta Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: ----

---- **Ponto um** – Acta n.º 3 de 27 de Fevereiro de 2018 – Para deliberação -----

---- **Ponto dois** – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- **Ponto três** – Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 14/02/2018 a 19/04/2018, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 29/11/2017 – Para conhecimento -----

---- **Ponto quatro** – Documento de prestação de contas e aplicação do resultado líquido relativos ao exercício do ano de 2017 – Para deliberação -----

---- **Ponto cinco** – Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação a 31 de Dezembro de 2017 – Para conhecimento -----

---- **Ponto seis** – Relatório de Gestão e Contas de 2017, na Assembleia Geral da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. – Aprovação do voto favorável do Município -----

---- **Ponto sete** – Empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 113.000,00 €, para financiar a reabilitação do Dique do Escaroupim, em Salvaterra de Magos - Contratação, repartição de encargos e autorização do compromisso plurianual – Para deliberação -----

---- **Ponto oito** – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – Para deliberação -----

---- **Ponto nove** – Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas relativo ao ano de 2017 – Para conhecimento -----

---- **Ponto dez** – Relatório de Actividades e Avaliação da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de 2017 – Para conhecimento -----

---- **Ponto onze** – Nomeação de cidadãos eleitores para representação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Salvaterra de Magos - Para deliberação -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

---- **Ponto doze** – Aumento do capital social por incorporação de reservas e alteração parcial dos estatutos da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. – Para deliberação -----

---- No uso das competências que lhe são conferidas pela alínea c) do n.º 1 do artigo 30.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por aberta a sessão eram vinte e uma horas. -----

---- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia procedeu, por chamada, à conferência das presenças e registo de faltas, fazendo-se constar a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

---- Francisco Caneira Madelino -----

---- Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão -----

---- Marta Lídia dos Santos Casimiro Jorge -----

---- Telma Filipa Oliveira Simões -----

---- Emílio Manuel Coelho -----

---- Rui Manuel da Silva Moreira -----

---- João Pedro Caniço Marques Abrantes da Silva -----

---- Nuno Miguel Ferreira Monteiro -----

---- Francisco Monteiro Cristóvão -----

---- Daniela Filipa Pires Belas Casaca -----

---- Carlos Fatia Tezo -----

---- Susana Paula Pereira Veiga Alves Nunes -----

---- Mário Rui Policarpo Santana da Silva Lobo -----

---- Carlos Manuel da Silva -----

---- Cláudia Maria Gerardo Pinto Mesquita -----

---- Jorge Manuel Costa Santos da Silva -----

---- António Mendes Vieira -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

---- António de Oliveira -----
---- Flávia Margarida Oliveira Santos -----
---- Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório -----
---- Manuel Joaquim Oliveira Faria Bolieiro -----
---- João Batista de Oliveira -----
---- Rui Manuel Duarte da Silva -----
---- Joaquim António Correia Cardoso -----

---- Além da presença dos senhores Deputados Municipais estiveram, ainda, presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio e os senhores Vereadores Helena Maria Pereira das Neves, Noel Gomes Pereira Caneira, Paulo Jorge Pires Cação, Luís Artur Ribeiro Gomes e Ana Patrícia Coelho Batista. -----

---- Interveio o senhor Deputado João Pedro Caniço cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Eu gostava de fazer duas ou três questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a estação de tratamentos de águas residuais de Glória do Ribatejo, se o senhor Presidente nos pode informar como é que a situação está, se foi devidamente resolvida. Também sobre a limpeza das matas e dos arbustos, nós sabemos que o Governo estendeu o prazo até ao final de Maio, e se o senhor Presidente também nos pode informar como é que essa situação neste momento está no Município de Salvaterra de Magos. E finalmente a terceira questão, é sobre a ponte D. Amélia de Muge, se o senhor Presidente nos pode informar se as obras que foram feitas agora nos últimos dias ou últimas semanas, se são obras que são para estarem prontas durante algum tempo ou é apenas um carácter momentâneo e não terá que ser feita lá mesmo uma intervenção de fundo.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Não posso deixar de começar por assinalar a forma como decorreu a última sessão ordinária desta Assembleia, não pelos conteúdos discutidos, porque esses já tiveram o seu tempo e espaço de debate, mas pela forma como essa discussão decorreu, essencialmente no período antes da ordem do dia, começo por manifestar a incompreensão com a insatisfação demonstrada por alguns Deputados presentes na demora do debate. O



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

tempo despendido por nós na discussão de ideias divergentes não deve ser visto como tempo perdido, mas como ganho na construção de soluções melhores, penso que por vezes esta visão é deturpada com o à vontade da ideia da maioria absoluta. Acrescentado o facto de estarmos a festejar o aniversário do 25 de Abril onde os valores da democracia da livre opinião, da pluralidade foram a matriz moralizadora da relação dos cravos. Em segundo lugar, ao Presidente desta Assembleia que a exigência democrática exige um melhor equilíbrio, rigor e bom senso na condução dos trabalhos, bem sei que já por uma vez, um munícipe tentou abordar esta Assembleia sobre o seu funcionamento e essa possibilidade foi-lhe negada, atendendo ao seu histórico de likes nas redes sociais. Julgo nada me impedir a mim, enquanto Deputado Municipal de o fazer, mas já agora afirmo com toda a convicção que os munícipes devem ter todo o direito de manifestar os seus confortos e desconfortos, em relação a esta casa e a quem nela está eleito. Quando nos candidatámos a estas funções e as assumimos, sabíamos de entre mãos que estaríamos sujeitos à crítica, é algo que vem no pacote democrático. Assistimos na passada sessão a alguns momentos menos felizes, que em determinadas alturas passou a indelicadeza, aproximando-se muito da falta de respeito pelos Deputados eleitos mesmo em minoria. A educação que me foi dada fez com que em toda a minha vida, me debatesse pela justiça e pela igualdade, combatendo sempre aquilo que entendo não estar correcto nesta casa, não serei diferente, a bancada do Bloco de Esquerda não cede a pressões e espera que para bem da democracia desta casa nenhuma das outras ceda também. A nível técnico permita-me senhor Presidente da Assembleia, que lhe chame a atenção de algo que a minha experiência só me permitiu aperceber depois da sessão terminada, mas que penso ter sido uma incorrecção da sua parte, incorrecção essa que eu também assumo e na altura não me apercebi, mas gostava de fazer referência até pelo que ela alterou, e estou-me a referir, aquando da votação da moção da bancada do Bloco de Esquerda sobre a poluição do Rio Tejo, moção essa que a bancada do Partido Socialista inicialmente disse votar favoravelmente, e o senhor Presidente apresenta, como referido em acta, uma posição de principio antes da votação, em que muito se assemelha a uma declaração de voto, eu até pensava ter sido esse o termo utilizado, infelizmente a única forma de o confirmar seria solicitar a gravação desta acta, que amanhã já não existe. Essa



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

declaração fez com que a bancada do PS se transformasse na bancada “yes men” e alterasse o sentido de voto inicial para o seu. A minha questão é simples, foi ou não um erro, ter apresentado essa declaração com a intenção de voto antes da votação? Posto isto, gostava de colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, a primeira em relação às instalações municipais, e em concreto ao Pavilhão Municipal de Glória do Ribatejo, não sendo este caso o único, posso por exemplo referir aqui o pavilhão municipal de Salvaterra de Magos, que após denúncia do Bloco, a Câmara Municipal procedeu à pintura de metade do edifício, aguardamos ainda pela outra metade. De qualquer forma e partindo do princípio que o Bloco, entende que a manutenção é a melhor forma de garantir que não são necessárias num futuro próximo intervenções de fundo com elevado custo para o Município, e sabendo que o Presidente da União de Freguesias já lhe fez chegar uma listagem com as intervenções necessárias, a pergunta que lhe coloco é se pretende resolver o problema no seu todo, com uma forte intervenção, eliminando todos os problemas identificados, ou se vai assumir o formato, em que hoje arranja-se uma, amanhã arranja-se outra e para o mês que vem logo se vê, continuando assim a degradação do pavilhão. Depois duas questões em relação ao Centro Escolar em Foros de Salvaterra, os trabalhos parecem ir lentos e demorados e a primeira pergunta, é se tem garantias de que o espaço esteja pronto para receber o início do próximo ano lectivo. A segunda questão prende-se com a segurança das crianças na deslocação para a escola, quando estiver em funcionamento, embora grande parte das crianças chegue à escola de carro ou em viaturas de transportes colectivos, muitos ainda serão aqueles que ainda farão o seu caminho para a escola a pé. O passeio mais próximo começa junto dos semáforos num passeio recentemente colocado, isto evidencia que o trajecto terá de ser feito pela Estrada Nacional com bermas sem o mínimo de condições para receber este tipo de tráfego pedonal, compensa resolver esta situação.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em primeiro lugar em quero felicitar a Câmara Municipal por ter levado a efeito mais uma comemoração do 25 de Abril, pois para além do mais acabou com uma guerra que não tinha razão de ter começado. E segundo é para pedir desculpa, por não ter acompanhado na visita à exposição, e não o fiz porque não quis que a senhora do movimento que esteve



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

presente, que acedeu ao nosso convite, porque essa senhora quanto a mim foi sectarista, porque não se pode tomar uma parte pelo todo, não foi ela que nos mandou para a guerra, o movimento nacional feminino, apareceu muito depois da guerra ter começado, e se essas senhoras eram todas fascistas, então todos e foram muitos, os artistas da rádio e do teatro que foram até ao palco da guerra, dar sessões onde isso era possível, então esses também são fascistas.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Tenho duas questões para colocar ao senhor Presidente da Câmara, a primeira prende-se com uma situação que já referi nas últimas Assembleias, que tem a ver com o mau estado em algumas estradas do Concelho, umas estão ainda em terra batida, ouvi dizer e portanto gostava que fosse confirmado, que a niveladora estava com problemas e daí haver ainda muitas estradas, nomeadamente a estrada ali do Paúl que ainda não foi nivelada depois das cheias e está intransitável e entre outras que não tem sido reparadas como é hábito e portanto gostaria de saber qual é que é a situação. Relativamente às estradas alcatroadas, algumas delas tem sofrido intervenções por parte das Águas do Ribatejo, gostaria de saber qual é que é o tempo normalmente para reparação destas mesmas estradas e depois há as outras que já passaram largamente os 5 anos, e que esperamos ansiosamente por um tapete unificador, visto que os níveis que foram entretanto criados tornam as estradas intransitáveis, para além das reparações que são sempre necessárias nos carros por efeito deste trânsito muito condicionado, isto é tudo um problema que temos de resolver e eu gostaria de saber quanto a esta questão, o que é que o senhor Presidente nos tem a dizer. Outra questão que eu já coloquei aqui, a alguns meses atrás, que tem a ver com a Raret, como é do conhecimento público existe uma insolvência, e portanto por aquilo que eu conheço e tem a ver directamente com o meu trabalho, tudo o que está no âmbito na Raret, quer animais quer outras obras que foram feitas pela Câmara, tem de ser tudo de lá retirado, e eu na altura questioneei o senhor Presidente da Câmara, como é que isto era feito, estava a ser colocado valores do erário público naquele local e aquele local era privado, e neste momento temos uma insolvência e a ordem que existe da administradora da insolvência, é retirar tudo o que está lá, e eu pergunto e então os valores que lá foram colocados que pertencem a todos nós,



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

como é que justificamos isto e eu na altura perguntei, e na altura também me foi dito que este era para o benefício que tinha sido dado, o terreno tinha sido dado, não foi nada dado, a prova que não foi dado é que agora a administradora de insolvência vem dizer o contrário e eu pergunto com que justificação é que nós enterramos ali dinheiro, que agora tem de ser de lá retirado, portanto foi gastos humanos, foi gastos do erário público e eu quero saber como é que esta situação é tratada neste momento. Também na altura referi, que existiram outras intervenções noutros pavilhões que eram privados e continuamos nas mesmas circunstâncias, uma coisa é nos gerirmos o nosso dinheiro particular e colocamos onde queremos, outra coisa é o erário público, e o erário público não pode ser desmedido e não pode ser colocado em sítios que não são públicos, e eu na altura referi isto e agora quero saber como é que vamos resolver esta questão.” -----

--- Em resposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: “Eu gostava apenas de dizer relativamente ao senhor Deputado Nuno Monteiro, que numa questão à certamente um equívoco, esse equívoco tem vindo a ser repetido mas certamente que o senhor Deputado ou não estava cá e penso que não estaria, mas isso agora não o posso afirmar, mas mesmo que estivesse é porque não estava atento. Há uma pessoa que não se inscreveu na folha para falar, como fazia repetidamente e não lhe foi dada a palavra, porque ele não se inscreveu, não é por uma questão de likes, e sobre a questão dos likes que veio aqui a comentar, o senhor que é jovem e pelo que me dá a perceber insere-se numa nova visão da humanidade, o senhor de certeza que não pactuará, pelo menos é a ideia que tenho de si e já que falamos de educação, não pactuará com comportamentos que são daqueles mais rebaixantes da condição da mulher e com likes, de certeza por aquilo que eu conheço do senhor que a política não a vê a esse nível de bafon, e ela foi repetida, foi repetida por essas pessoas e foi esse o comentário, não foi por não dar a palavra, a pessoa não teve a palavra porque não se inscreveu, e estão aqui os membros todos que sabem disso, não é por ser repetida à exaustão. A segunda nota, não é preciso entregar, eu fiz uma declaração de voto e a declaração de voto não tem de ser feita no fim, e podíamos estar aqui a discutir essa questão tecnicamente mas já que quer o esclarecimento sobre aquela questão foi feita uma declaração de voto, mas já agora se também tem memória o senhor aceitou a minha proposta e depois na



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

altura veio a recusá-la, pelo menos foi a ideia com que eu fiquei, também não é essa a matéria que nos deve fazer discutir, acho que deve ser essa a matéria, como acho que não deve ser importante discuti-la, mas eu relativamente à primeira parte gostava-lhe de dizer isso e certamente que o senhor comungará da minha opinião, aliás digo-lhe com toda a sinceridade que é a ideia que tenho de si. Sobre o período antes da ordem do dia temos um tempo limitado para o discutir, quando há muitos pontos da agenda, percebe que eles tem de ser reduzidos mas a Assembleia poderá sempre fazer a proposta para que eles sejam continuados e prosseguidos, é uma Assembleia diferente com o número de pontos que temos agora, com os pontos que estavam no outro dia.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu penso que está a fazer confusão, se calhar não se lembra da situação e está a fazer associação a uma falta de inscrição e não era esse o momento a que eu me referia. O momento a que eu me referia foi quando um munícipe tentou intervir do público e se não me engano ele tentou separar a sua intervenção em dois momentos, uma seria a abordagem ao Presidente da Câmara e a outra dita por ele e se não estou em erro, e isso provavelmente estará em acta, seria uma abordagem ao funcionamento da Assembleia e aí o senhor Presidente não lhe permitiu a intervenção ao funcionamento da Assembleia, porque não lhe era permitido, ou seja, não seria permitido ao munícipe fazer essa intervenção, portanto estamos a falar de momentos diferentes, espero que tenha sido esclarecedor do momento. Quanto a comportamentos de facebook e tudo isso que referiu do facebook, ainda bem que faz essa avaliação porque nunca será, nem foi, nem é, pratica minha esse tipo de actividades em redes sociais. Faz uma boa avaliação e eu agradeço-lhe.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentando todos os presentes e dizendo o seguinte: “Em relação às questões que foram colocadas, procurando dar alguma resposta com a brevidade possível, Senhor Deputado João Pedro Caniço em relação à ETAR da Glória, é uma informação que foi veiculada pelas redes sociais que mereceu a preocupação da Câmara Municipal, daí que tenhamos por um lado participado a situação de imediato à GNR (SEPNA) e pedido esclarecimentos à entidade que a gere e que é concessionária da rede de esgotos domésticos, as Águas do Ribatejo, e não há nenhum problema na ETAR da



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

Glória do Ribatejo, foram presentes e estão na acta da reunião de Câmara, se quiser consultar, julgo que foram transcritas para a acta da reunião de Câmara, as análises que tínhamos da ETAR que são análises regulares feitas pela empresa Águas do Ribatejo e portanto não havia nenhum alegado problema ambiental com o funcionamento da ETAR. Em relação à questão que colocou das matas, pedia-vos mais uma vez que de alguma forma, dentro do que vos seja possível ajudar, não usem este tipo de expressão, porque não compete no âmbito do Plano de Defesa e de Intervenção da Floresta Contra os Incêndios Florestais, não nos compete limpar matas, mas faixas de gestão de combustível, porque as pessoas depois ficam com a ideia de que temos de andar a limpar os pinhais, no meio dos pinhais e isso não corresponde à realidade, o que é legalmente prescrito é que as pessoas limpem na envolvente das casas a 50 metros das casas isoladas e na envolvente das povoações a 100 metros. O Plano de Defesa da Floresta será oportunamente apresentado na Câmara e será enviado para as Juntas de Freguesias, se é que ainda não o foi já em PDF para ser publicado quer na página da Câmara quer nas Juntas de Freguesias, em suporte papel e também acessível a toda a gente através da internet, para que cada proprietário conheça quais são as faixas que tem de limpar ou qual é a parte do seu terreno que tem de ser limpa, porque integra uma faixa de gestão de combustíveis. A lei previa que isso fosse feito até ao final do mês de Abril, umas, e outras até ao final de Março, entretanto como é público o Governo prorrogou até 31 de Maio a possibilidade e se calhar bem porque ainda à dias estava a chover, a possibilidade das pessoas limparem essas faixas de gestão de combustível, temos feito dezenas e dezenas de notificações. Primeiro começou a GNR por fazer um levantamento em campo, assinalando neste Concelho e nos outros Concelhos do Distrito quais eram as áreas que eles consideravam prioritárias em termos de limpeza e participaram essa informação à Câmara, nós celebramos recentemente e aprovamos ontem na Câmara, um protocolo com a Autoridade Tributária no sentido de nos facultarem a informação que é possível sobre os proprietários das matas, aquelas que eles têm no registro cadastral os quais temos vindo a notificar. Todas as pessoas que foram identificadas pela GNR, temos vindo a notificar e portanto é este o ponto da situação neste momento. A Ponte D. Amélia, a Câmara Municipal de Salvaterra e do Cartaxo abriram um concurso para fazerem a reparação de dois aparelhos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

de apoio na ponte, que eram os dois aparelhos do tabuleiro que já é a segunda vez que apresentam problema, porque já há 5 anos e não sou capaz de precisar a data, há 5/6 anos houve problemas também nos aparelhos de apoio e portanto esta situação foi resolvida já e a ponte passou a não estar interrompida à noite como chegou a estar durante 2 ou 3 dias. Entretanto nós tivemos reuniões com as Infraestruturas de Portugal e ficou acordado na última reunião que as Infraestruturas de Portugal, porque levantámos algumas dúvidas sobre o comportamento do rio, próximo das fundações, assoreamentos e desassoreamentos e as Infraestruturas de Portugal assumiram que vão fazer no “timing” que lhes for possível naturalmente, um projecto de toda a infraestrutura, ou seja, vão verificar o conjunto da infraestrutura D. Amélia e depois em função desse estudo verificaremos que tipo de outras intervenções podem resultar do estudo que venha a ser feito, portanto para já aquilo que era visível foi corrigido ao nível dos aparelhos de apoio, por outro lado, em relação ao que se passa ao nível da fundações, dos levantamentos batimétricos, da avaliação do comportamento do rio, eles têm a cargo deles toda a informação que as Câmaras tinham disponíveis e todo o trabalho que foi feito de levantamento subaquático quer por nós, quer pela APA e também por eles próprios, e portanto vamos ver agora como é que vamos evoluir. Mantém-se as restrições naturalmente dos 30 km/h e do trânsito ligeiro, restrições que foram eles próprios que recomendaram que fossem adoptadas. Em relação às perguntas do senhor Deputado Nuno Monteiro, o pavilhão da Glória está neste momento a decorrer um procedimento concursal, com vista à sua reparação, nomeadamente no que diz respeito às impermeabilizações, aos problemas de impermeabilização que ele apresenta, e esteve lá o senhor Vereador Noel Caneira a tentar identificar as situações para que possamos obter propostas de resolução, ao nível do nivelamento e da impermeabilização do próprio pavilhão da Glória. Em relação ao Centro Escolar de Foros de Salvaterra, a obra decorre a bom ritmo, aproxima-se do fim e entretanto aguardávamos visto do tribunal de Contas em relação à necessidade de pavimentarmos a Travessa da Pedreira e de fazermos o arranjo envolvente, nomeadamente passeios e estacionamento, e portanto esse visto chegou muito recentemente, não sei precisar a data, esta semana seguramente, e por isso vai ser lançado o concurso para fazer essa obra, ou seja o visto do Tribunal de Contas permite que seja lançado o concurso para fazer esse



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

tratamento da envolvente. Quanto à questão do acesso à escola, não é verdade que as crianças tenham que ir pela 114-3, as crianças podem ir pela Rua da Igreja até ao Centro Escolar e Rua da Igreja/Rua do Agricultor. A Rua da Igreja é um caminho alternativo para as crianças que se possam deslocar de bicicleta ou a pé e foi precisamente por isso que foi escolhido aquele local para o Centro Escolar, existe a possibilidade de virmos com a Junta de Freguesia de Salvaterra/Foros a ponderar a possibilidade de ampliar os passeios na 114-3, desde o cruzamento do Estanqueiro até lá, é uma possibilidade que nós vamos ter de ponderar muito bem, porque tememos que ao existir essa possibilidade as crianças possam optar por esse caminho e esse caminho é bem mais perigoso do que se for pela Rua da Igreja, portanto estamos um bocadinho, e com a máxima honestidade hesitando, se o devemos fazer ou não, no entanto existe essa alternativa de circulação para as crianças que é de facto uma rua municipal, que apesar de tudo bem menos perigosa do que, digamos ladear a 114-3. Em relação ao senhor Deputado Emílio Coelho, agradecer a referência que fez, a saudação que fez à organização do 25 de Abril. Em relação à senhora Deputada Marta Jorge, dizer-lhe que as estradas não há nenhum problema com a niveladora, as máquinas têm momentos em que estão avariadas e que estão reparadas, a niveladora teve dois dias de interrupção de serviço, mas não houve interrupção de serviço porque tínhamos uma outra niveladora contratada que fez as vezes dessa niveladora. O que atrasou a conservação da rede viária de terra batida, foi a sucessão de chuvas interruptamente ao longo de vários dias dos meses de Março e de Abril, o que de alguma forma dificulta a intervenção da niveladora e não é prudente fazê-lo, sob pena de as pessoas ficarem sem soluções de poderem transitar. A niveladora como habitualmente teve entregue aos senhores Presidentes de Junta de Marinhais, hoje creio que está entregue ao senhor Presidente da Junta de Salvaterra e Foros, e vai fazer esse périplo pelas situações mais gravosas com necessidade de intervir. A Águas do Ribatejo teve uma Assembleia geral muito recentemente onde foram questionadas, mais uma vez pelo quinto ano seguido, pelo Presidente da Câmara de Salvaterra, nomeadamente no que diz respeito à reposição de pavimentos e depois quando falarmos desse ponto na ordem de trabalhos, eu direi o que se passou nessa Assembleia geral mais em pormenor. Em relação à questão da Raret da insolvência, a Câmara Municipal não tem qualquer informação da administradora da



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

insolvência, percebo que o Bloco de Esquerda possa ter, mas nós não tivemos nenhuma comunicação da administradora de insolvência, sendo que sabemos porque nos foi comunicado da situação da insolvência, mas não foi pela administradora de insolvência, foi através da Glória do Ribatejo digamos assim, de quem cuidava daquele espaço, que nos deu essa informação. O senhor Vereador Noel Caneira acompanhou, os responsáveis do Rancho Folclórico da Casa do Povo da Glória do Ribatejo, que tinham património no interior das instalações da Raret, e nós fomos, Câmara Municipal, parceiros na solução de ajudar o Rancho Folclórico a retirar com meios e com transportes e com homens lá o património que a Casa do Povo tinha no interior das instalações. Em relação a investir dinheiro público, em coisas que não são públicas, a senhora provavelmente não queria dizer o que disse, porque de facto o que disse não corresponde à prática da Câmara Municipal ao longo de 40 anos e às práticas das Câmaras Municipais desde o 25 de Abril, as Câmaras Municipais não investem só nas coisas que são públicas, as Câmaras Municipais investem naquilo que é público e ajudam as associações, as colectividades, as IPSS com dinheiro, com obras e com materiais naquilo que não é público, porque é dessas associações, dessas colectividades, dessas IPSS's, desses ranchos folclóricos e portanto nós ajudamos com base em protocolos, com base em iniciativas do próprio Município, cedendo-lhes materiais, cedendo-lhes máquinas, cedendo-lhes homens, para que eles possam cuidar da sede do Rancho das Janeiras, que era a isso que se referia, da sede do rancho do Escaroupim, nas instalações do Salvaterrense, nas instalações do Forense, é com dinheiros públicos que nós ajudamos as nossas colectividades e IPPS's. Em relação ao recinto onde o Rancho Folclórico As Janeiras, costuma fazer o seu festival de folclore, foi um recinto que foi cedido pelo proprietário da Raret, o alegadamente então proprietário e o trabalho da Câmara Municipal nesse recinto, foi colocar um bocado de toutvenant que a qualquer momento, como sabe, pode ser removido, basta colocar lá a niveladora a retirá-lo, e foi colocar uma vedação em madeira para tentar delimitar o espaço, evitando que as pessoas se pudessem aleijar quando estão naquele recinto, e portanto isso é material que nós recuperamos, se for preciso, mas não é verdade que tenhamos tido nenhuma notificação para sair daquele espaço, tanto mais que tencionamos lá vir a realizar se for essa a intenção do rancho, os demais eventos que eles tenham, naturalmente que contactando, como



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

fizemos no passado, o proprietário que seja na altura daquele espaço. Estou muito tranquilo em relação a isso, mas se tivermos que retirar, fazemos o evento na estrada, não era a primeira vez que o faríamos, fizemos um evento já quando foi nas festas da Várzea Fresca numa via pública, que foi interrompida momentaneamente, realizaram-se as festas e depois a via pública foi reaberta.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Eu quando referi, não me referi ao facto da Câmara ajudar as IPSS’s e outras entidades privadas, eu estava-me a referir exactamente a esse recinto que o senhor Presidente referiu-se no final, portanto não foi apenas toutvenant, sabe bem as obras que lá foram feitas, o tempo que lá foi demorado por parte dos trabalhadores da Câmara, o senhor sabe e eu também sei, e acho que a grande maioria de nós sabemos o tempo que lá foi despendido, e portanto os valores, quer monetários quer humanos que lá foram exercidos, mas quanto à questão de ter dito, e apenas agora faço aqui um pedido e faço já directamente, porque depois terei de dirigir-me com certeza à Câmara, com certeza foi pedido ao anterior proprietário, portanto a cedência daquele local, pelo que deve haver um protocolo nesse sentido, e portanto, desde já solicito que o mesmo seja colocado à minha disposição, desde logo na segunda-feira.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “A senhora Deputada não tem noção do que lá foi feito, porque se tivesse não fazia a afirmação que tentou aqui induzir, o que lá foi feito que demorou tempo, e está feito e vai ficar, é toda a zona de passeios, de pavês e esses estão na faixa que é do domínio público municipal, e portanto isso é para ficar, senhora Deputada, não esteja preocupada porque aquilo que lá está feito e que foi oneroso é para ficar e por acaso é com gosto que também a informo, julgo que já lá terá passado, que estamos também a fazer do lado oposto, junto das habitações, a mesma coisa um passeio em zona pedonal, as zonas pedonais, as circulações pedonais têm tido um forte investimento que temos feito, a criação de passeios, separação do trânsito automóvel do trânsito pedonal. A autorização para utilizar um terreno não tem de ter protocolo, é uma autorização, e portanto o que há é uma autorização do proprietário para usar o espaço, que já é usado há muito tempo é isso que é feito e foi com base nessa autorização que foi feito e é assim que vai continuar a ser feito. Ontem na sessão de Câmara tive a oportunidade, com base numa informação



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

recente que recebemos, de fazer uma informação sobre a Escola Profissional de Salvaterra de Magos, e eu não queria, uma vez que há Assembleia Municipal hoje, não queria deixar de dar a mesma informação que dei ontem na Câmara aos senhores Deputados, em nome da transparência, até porque este assunto vai ter de ser provavelmente debatido na próxima sessão da Assembleia Municipal de Junho.” -----

---- Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal leu o seguinte documento: **“Escola Profissional de Salvaterra de Magos – A Câmara Municipal, a Direcção-Geral das Autarquias Locais e a Inspeção-Geral de Finanças receberam uma notificação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais que nos comunica a homologação de um Relatório da Inspeção-Geral de Finanças a propósito da empresa Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda, de que somos sócios a 50%, empresa que detém e gere a Escola Profissional de Salvaterra de Magos. A Inspeção-Geral de Finanças nas suas conclusões exige que a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, no prazo máximo de 60 dias, promova a alteração dos Estatutos da empresa Instituto de Educação e Formação do Sorraia, adaptando-o à Lei 50/2012 (Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local), o que quer dizer que não podemos ter quotas iguais. Ou seja a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos não pode ter uma quota de 50% no Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda e os nossos associados privados “Convergência-Formadores Associados, Lda” não podem ter os outros 50%. O Regime Jurídico impõe que o Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda tem de escolher ser ou uma empresa local com a maioria ou totalidade das quotas a pertencerem à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos (sujeitas às “restrições” da contabilidade pública, Vistos do Tribunal de Contas, etc) ou ser uma empresa com capitais privados (com ou sem participação no seu capital pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos). Se não cumprirmos esta determinação a Inspeção-Geral de Finanças vai tomar a iniciativa, findo aquele prazo, de dissolver a empresa Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Ld.^a com as consequências que daí advirão para a Escola Profissional de Salvaterra de Magos e para todos os que lá estudam e trabalham. Informo os senhores Vereadores que perante esta situação, comuniquei aos nossos parceiros privados a notificação legal que recebemos e pedi-lhes uma proposta de resolução do problema, a tempo de o votarmos na**



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

Câmara Municipal e na Assembleia Municipal que acontecerá no mês de Junho. O representante da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos no Instituto de Educação e Formação do Sorraia, Lda já cumpriu essa minha determinação e aguardamos a posição da “Convergência” para sabermos que caminho escolher, sendo que para nós o mais importante é salvar a Escola e mantê-la em funcionamento no nosso concelho. Quando tiver mais dados informarei este órgão.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Privada, eu não percebi bem nessa leitura se o património é apenas da empresa privada.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “O património edificado é propriedade do Instituto de Educação e Formação do Sorraia.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Todo?” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “Sim.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Sim, eu ouvi a leitura, era só para saber se ouvi bem. Eu gostava ainda de dizer, que tem chegado junto da mesa da Assembleia Municipal, um conjunto de informações para a inscrição numa Associação Nacional de Assembleias Municipais, ou de Presidentes das Assembleias Municipais, o nome será mais ou menos esse, eu agora não tenho aqui o papel. Da parte do Presidente e da mesa da Assembleia não tem havido agendamento deste assunto, na medida em que da auscultação que tem sido feita, é a ANAM – Associação Nacional e Assembleias Municipais, não tem havido uma abertura da Associação Nacional de Municípios e genericamente dos partidos políticos que fazem parte e que estão na Associação Nacional de Municípios, para além de outras questões legais, para haver a filiação na Associação Nacional de Assembleias Municipais. Eu próprio fiz a auscultação, no caso do nosso próprio distrito e também do ponto de vista nacional e por essa razão, não tem havido este agendamento deste assunto, mas eu gostaria de deixar aqui a informação relativamente a esta matéria, certo?” ----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “Seria inverter o antigo artigo 34.º e 35.º e depois isso obrigaria a que no ponto 1 do artigo 35.º passaria a ser o artigo 34.º, se fizesse terminado o período antes da ordem do dia, ou seja, a intenção é muito simples o público neste momento intervém depois de toda a Assembleia decorrer, ou seja, nós muita



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

vez temos intervenções só possíveis à meia noite e meia ou uma da manhã, aquilo que eu pedia é que depois dos pontos antes da ordem do dia e depois da intervenção dos Deputados fosse permitido ao público fazer essa intervenção, a uma hora relativamente razoável em que podem colocar as suas questões e os seus problemas. É uma alteração simples e a perspectiva é esta.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: “Eu acho que poderei por esse ponto à ordem da discussão, embora o ponto já foi discutido em sede de ele próprio de Regimento, mas gostava de ouvir a Assembleia do que é que acha, é preciso dois terços para inserir este ponto. Este ponto tem um problema, que eu ontem disse que havia muitos períodos para serem discutidos, matéria substantiva e ela foi resolvida em dez por cento da matéria de intervenção política antes, portanto havia 20 ou 30 pontos, até acho que era mesmo trinta e tal pontos, que demoraram 5 minutos a serem discutidos, mas provavelmente 10, e a discussão foi feita, mas eu sobre esta matéria, a matéria já foi. Primeiro aspecto, quem vota a favor de ser inserido este ponto na ordem de trabalhos de hoje.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu considerando a matéria, em primeiro lugar não me parece, ser um bom procedimento estarmos em todas as Assembleias a alterar o regimento, independentemente da alteração em concreto que foi aqui sumariamente reproduzida pelo Deputado do Bloco de Esquerda, agora estas matérias obrigam a ponderação como é óbvio, não é assim de repente que se muda o artigo 35.º para artigo 34.º, o 34 para 35, o 1 do 35 passa a ser o 1 do 34, quer dizer às duas por três já não sabemos bem se temos no 1 ou no 2 ou no 35 ou no 34, independentemente da substância que é por as pessoas a substituir os Deputados Municipais, o que me parece tão legítimo como uma outra proposta qualquer, porque às duas por três não nos podemos esquecer que o órgão do qual nós fazemos parte, é o órgão Assembleia Municipal que tem um período antes da ordem do dia, que tem o seu período da ordem do dia da decisão das propostas políticas e depois então, ou antes ou depois à um espaço de intervenção do público. Agora aqui pelo meio, daqui a bocado estamos a sugerir no período da ordem do dia o público também possa intervir, o que é uma proposta tão legítima como outra qualquer, agora ou antes ou depois, no meio não me parece que seja uma situação a ponderar por esta Assembleia. Sobre a inclusão



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

nesta Assembleia, não me parece que haja condições para ter esta discussão hoje.” -----

---- Submetida a votação a inclusão da proposta do Bloco de Esquerda, foi a mesma reprovada, com 5 votos a favor, 2 abstenções, 18 votos contra. -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Na próxima agenda eu pedia aos serviços para colocar este ponto para alteração ao regimento.” -----

---- Ponto um – Acta n.º 3 de 27 de Fevereiro de 2018 – Para deliberação -----

---- Submetida a votação a acta de 27 de Fevereiro de 2018, foi a mesma aprovada por maioria, com 22 votos a favor e 3 abstenções dos Deputados João Caniço, Dina Monteiro e Jorge Silva, por não terem estado presentes na sessão. -----

---- Ponto dois - Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Ponto três - Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 14/02/2018 a 19/04/2018, ao abrigo da autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada pela Assembleia Municipal em 29/11/2017 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Ponto quatro - Documento de prestação de contas e aplicação do resultado líquido relativos ao exercício do ano de 2017 – Para deliberação -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 22 votos a favor e 3 abstenções da bancada do BE, aprovar o Documento de Prestação de Contas e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2017. -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge apresentou a seguinte declaração de voto: “O Bloco de Esquerda abstém-se neste ponto, porque esta prestação de contas e a aplicação do



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

resultado liquido, resulta de um orçamento que não é o nosso, visto que não foram aceites qualquer uma das premissas que apresentámos, para alteração do orçamento, portanto não verificamos necessidade desta mesma votação favorável atendendo que também não verificamos a necessidade de viabilidade de qualquer documento visto que a maioria é absolutíssima, portanto somos capazes e coerentes com a nossa própria votação anterior e daí a abstenção.” -----

---- Ponto cinco - Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação a 31 de Dezembro de 2017 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Ponto seis - Relatório de Gestão e Contas de 2017, na Assembleia Geral da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. – Aprovação do voto favorável do Município -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, aprovar o voto favorável do Município de Salvaterra de Magos ao Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício de 2017, assumido na Assembleia Geral da empresa AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A em reunião realizada no dia 28 de Março de 2018. -----

---- Ponto sete - Empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 113.000,00 €, para financiar a reabilitação do Dique do Escaroupim, em Salvaterra de Magos - Contratação, repartição de encargos e autorização do compromisso plurianual – Para deliberação

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “A minha questão é muito simples, obviamente que iremos votar a favor, a questão que se coloca aqui é a seguinte, o valor portanto do empréstimo é de € 113.000,00 para financiar a reabilitação do Dique do Escaroupim em Salvaterra de Magos, gostaria de saber qual o valor desta obra na totalidade e em que montantes surge algum tipo de financiamento por parte da União Europeia ou algum outro organismo que vá colaborar nesta obra, portanto era apenas isto, saber qual é que era o valor na totalidade da obra e em que medida, se é que assim é, temos participação de



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

fundos para esta reabilitação.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “A obra de reabilitação do Dique do Escaroupim, é uma obra de reabilitação de tudo o que é equipamentos que ele próprio incorpora, é uma obra de equipamentos hidráulicos, é uma obra de limpeza e de recuperação dos valados do próprio Dique e é candidatado aos fundos comunitários ao programa ligado às alterações climáticas, na previsão de termos um Dique eficaz para de alguma forma fazermos face à evolução que tem tido o comportamento climático com os danos que de alguma forma lhe vamos causando. A obra é uma obra que participada por esses fundos a 75% e a Câmara Municipal e a Agência Portuguesa do Ambiente partilham a componente nacional, e é uma obra na casa dos 900 mil euros, mas é só fazer as contas € 113.000,00 partilhado com a APA outro tanto e fazer a divisão por 0,25 e dá o valor, e inclui naturalmente a correcção dos abatimentos que se verificam no cruamento, porque só falei dos valados, que se verificam no cruamento do Dique, a sua repavimentação nos troços afectados e impermeabilização total depois do cruamento, daí o valor elevado.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade: -----

---- a) Em cumprimento do disposto do n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, aprovar a contratação com o Novo Banco, S.A., do empréstimo no montante global de € 113.000,00 (cento e treze mil euros), para financiamento da reabilitação do Dique do Escaroupim, em Salvaterra de Magos; -----

---- b) Aprovar a seguinte repartição de encargos, ao abrigo do disposto no n.º 1 e n.º 6, ambos do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e autorizar o compromisso plurianual, nos mesmos montantes, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LPCA) e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho: Ano 2018 - €5.328,89 (Amortização) + € 664,19 (Juros) + € 120,00 (Comissões) = €6.113,08 (Total); Ano 2019 - € 10.760,32 (Amortização) + € 1.223,87 (Juros) = € 11.984,19 (Total); Ano 2020 - € 10.889,82 (Amortização) + € 1.101,13 (Juros) = € 11.990,95 (Total); 2021 - € 11.023,84 (Amortização) + €970,67 (Juros) = € 11.994,51 (Total); Anos seguintes - €74.997,13 (Amortização) + € 3.097,47 (Juros) = € 78.094,60 (Total). -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

---- Ponto oito - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Monteiro dizendo o seguinte: “É só uma pequena dúvida para esclarecimento, aqui na constituição da Assembleia Municipal houve necessidade de fazer a referência à separação entre a coligação do PSD e do CDS, se essa mesma referência não tem de ser feita em relação à Deputada independente da bancada do Bloco de Esquerda, ou se não é, e se assim está correcto.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia, João Batista cumprimentando todos os presente e dizendo o seguinte: “É só queria fazer aqui um reparo, em relação a este documento, se não faria sentido à realidade actual, aqui no pontos dos titulares do direito de oposição, onde diz os partidos políticos e Movimentos Independentes de Cidadãos, ou seja, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos, se não faria sentido também ter e Movimentos de Independentes de Cidadãos.” --

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “O que diz a lei é que de facto nós devemos ouvir, Câmara Municipal, os partidos e as forças que têm assento na Assembleia Municipal e não fazem parte do executivo da Câmara, não conheço nenhum Movimento Independente candidato à Assembleia Municipal e um Deputado independente não forma grupo parlamentar, mas terei todo o gosto em conversar na próxima vez com a minha colega Dina Monteiro, quando estivermos a preparar o orçamento da Câmara.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia, João Batista dizendo o seguinte: “Por inerência faço parte da Assembleia Municipal.” -----

---- Em resposta o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “Não, o senhor é Presidente de Junta, só faz parte da Assembleia Municipal enquanto Presidente de Junta e não enquanto Movimento Independente, se não fosses Presidente e tivesses perdido, desculpem-me a expressão, estava mais satisfeito, mas além disso eu não tinha que o ouvir, só tenho de o ouvir enquanto Presidente de Junta.” -----



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

---- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 20 votos a favor e 5 abstenções (3 da bancada do BE e 2 da bancada da CDU), aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição. -----

---- Ponto nove - Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2017 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Ponto dez - Relatório de Actividades e Avaliação da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de 2017 – Para conhecimento -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Queria como é óbvio agradecer a oportunidade que o senhor Presidente e que a Assembleia Municipal dá à CPCJ para fazer a apresentação do seu relatório de actividades e avaliação de 2017, e a primeira nota que eu queria deixar tem a ver como é óbvio com aquilo que é o apoio que a Câmara Municipal dá à CPCJ e a propósito daquilo que aconteceu à bocadinha, não estranhem porque eu sempre fui homem, dirigente associativo e gente de bem que participa com espírito de missão nas coisas, e como entra sai, não tenho cá problemas desses, até porque fazemos isto poucas vezes, isto não é assim tantas vezes reconhecido como tal, a autarquia de Salvaterra de Magos, tirando os grandes centros urbanos, onde a dimensão das CPCJ’s é uma coisa impressionante e todo o apoio logístico que lhes é dado, mas para o interior as dificuldades das CPCJ’s são muitas e a autarquia de Salvaterra de Magos desde sempre e com especial incidência nos últimos anos, desde as instalações, desde o apoio administrativo, o apoio técnico ao suporte logístico de todas as actividades da CPCJ’s, à disponibilidade de mobilidade das CPCJ’s tem sido de um esforço que ultrapassa e muito aquilo que é o protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens, que transfere uma verba, mas que verba essa que nem chega nem para metade daquilo que a CPCJ de Salvaterra tem ao seu dispor, para realizar o



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

trabalho em prol da promoção e da protecção das crianças e dos jovens. Este era o mote, e eu agora vou falar no passado, por razões que como é óbvio perceberão, este era o mote que nós tínhamos delineado como estratégia para a CPCJ, que ambientes protectores não acontecem simplesmente, exigem planeamento, compromisso, acompanhamento e colaboração. As duas notas iniciais que são antagónicas, que tem a ver e como hoje já ficou provado, a natureza instável da comissão e a intervenção sistémica da mesma comissão, a natureza instável tem a ver com isto, a comissão foi criada em 2011, teve de 2011 a 2017 dez presidentes, sendo que uma das presidentes foi cinco anos presidente da CPCJ, em 2018 passará a ter onze presidentes e isso diz bem dessa natureza instável, e se puxarmos 6 meses atrás, a CPCJ de Salvaterra vai ter durante neste período de seis meses três presidentes diferentes, dois representantes da Segurança Social diferentes, dois representantes da IPP's diferentes, dois membros cooptados que saíram e outros dois membros cooptados que entraram. Estamos a falar de um movimento de gente que entra e que sai, e os que entram trazem pouco now how e os que saem levam algum now how, para não dizer muito now how, que torna a comissão instável e isto obviamente que tem implicações na capacidade de resposta. E a segunda nota tem a ver com a natureza da intervenção sistémica da própria comissão, foi arquivado agora durante o mês de Abril o processo 02.01 que foi o segundo processo que deu entrada no ano de 2011 e foi arquivado em Abril de 2018, porque o jovem atingiu 18 anos e não consentiu que a comissão continuasse com o seu processo, o processo foi aberto e fechado durante várias vezes, foi reabertos várias vezes, a última vez até foi reaberto por sinalização do próprio jovem que se dirigiu porque se sentia confortável com a natureza sistémica desta intervenção e era na comissão que ainda conseguia encontrar alguma protecção. Do relatório de actividades os senhores Deputados tem os números dos processos entrados, dos que foram remetidos por outras CPCJ's, reabertos e que transitaram do ano anterior, em 2017 e 2018 já deram entrada 27 novos processos na CPCJ, o total de entradas, que vocês também tem esse número, em 2017 foram 193, tem também os processos que foram arquivados em fase pós preliminar e foram remetidos para outras CPCJ, que deu um total de saídas de 92 processos, seja por retirada de consentimento, por envio para tribunal, por os jovens terem atingido os 18 anos, existe um conjunto múltiplo de razões para as saídas, aquilo que se designa como saídas.



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

Como é óbvio há muita gente e nós tivemos a oportunidade durante estes três meses de realizar 56 reuniões com todas as entidades com competências em matéria de infância e juventude e a maior parte das pessoas confrontadas com os números ficaram chocadas, e admito que alguns de vós também possam ter ficado, mas infelizmente é normal, o que sabemos nós então, que tínhamos 101 processos activos, 101 crianças ou jovens sinalizados no final de 2017, nesta altura já são mais de 101, sabemos quais é que são as entidades que mais sinalizam a começar logo pela escola, a seguir as autoridades policiais, no nosso caso esmagadoramente a GNR, sendo que temos algumas sinalizações da PSP, depois os vizinhos e toda a família combinada, porque as sinalizações podem ser feitas por vários familiares, a mãe, o pai, ambos os progenitores ou até pelos próprios e recebemos o ano passado 15 sinalizações de toda a família, sabemos que 47% são no feminino, 53% no masculino, só em 2009 e 2010 é que as meninas foram mais do que os meninos sinalizados no nosso Concelho, sabemos onde é que eles estão do ponto de vista percentual, 47,87% são na freguesia de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, 26,59% em Marinhais, 10,63% em Muge, 5,31% das sinalizações em Glória e Granho e 9,57% em outros territórios, sendo que alguns destes correspondem a falhas da plataforma de trabalho da comissão que por razões que ainda não se conseguiu encontrar a explicação, não determina a residência de algumas das crianças sinalizadas. Sabemos quais é que são as problemáticas que passam pela abstinência escolar, pelas negligências, por a violência doméstica, por estarem sujeitas a outros comportamentos ou pelos seus próprios comportamentos não serem devidamente reprovados, pois mais um conjunto de sinalizações que sendo números baixos, como é óbvio também nos preocupa, os senhores e as senhoras tem isto no relatório com a legenda de todas aquelas sinalizações, e agora esta a parte provavelmente mais interessante para as senhoras e os senhores Deputados, é depois de sabermos isto, o que é que fizemos. Voltámos ao nosso mote, planeamento, compromisso, acompanhamento e colaboração, queremos como é óbvio, era aquilo que se queria e que se quer, de todas as comissões é libertar a criança destes riscos e destes perigos, é só isto, é o mapa conceptual daquilo que são os factores de risco das crianças e dos jovens em risco e perigo, conforme creio que quisermos considerar o risco ou o perigo, e estamos a falar de 45 ou 54, isto foi desenvolvido por um grupo de trabalho do fórum



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

governação integrada e da comissão nacional de promoção dos direitos e protecção da criança, é esta pequena barafunda que as crianças estão sujeitas quando estão em risco ou em perigo e como é que queremos libertar a criança disto, com parcerias activas, com mais capacitação e isto obviamente corresponde a mais e melhores respostas. Nós já temos quatro parcerias activas neste momento, os comissários todos eles combinados, já tem mais de 20 formações durante estes três meses e estamos a receber no Concelho de Salvaterra de Magos, não por acaso, estamos a receber no Concelho de Salvaterra de Magos o plano nacional de formação, que no distrito de Santarém está em Salvaterra, Santarém e Tomar, com cinco módulos de formação para todos os comissários, o primeiro modulo já decorreu e recebemos cá comissários de Coruche, Benavente, Cartaxo, Santarém e os de Salvaterra como é óbvio. A primeira pareceria que fizemos com o CLDS 3G a propósito do gabinete de atendimento personalizado e integrado, que tem à frente uma psicóloga que tem como objectivo a intervenção nas áreas familiares na capacitação e na gestão de conflitos. Ainda estamos a operacionalizar a sinalização, mas existe esta parceria, agora temos que introduzir no processo de decisão dos próprios comissários e nas famílias aceitarem a intervenção de outras entidades esta possibilidade. Temos também, uma pareceria com a APAV que corresponde a 15 acções de formação e sensibilização, sendo a primeira de capacitação para todos os comissários, está marcada para dia 8 de Maio durante a manhã, e depois as outras são duas para a comunidade em geral e as restantes para as comunidades escolares, até ao final do ano lectivo de 2018 e 2019, e já fazemos parte da rede de sinalização do programa garantia jovem do IEFP, que pretende combater a inactividade e o desemprego dos jovens que não estão nem empregados nem a ter qualquer tipo de formação, nem estão a estudar, e temos uma quarta parceria que foi aquela que desenvolvemos a propósito do projecto do selo protector, que desenvolvemos com os três agrupamentos de escolas da CPCJ que culminou na criação do núcleo de apoio ao aluno em risco e perigo do Concelho de Salvaterra de Magos e aquilo que pretende ser uma equipa multidisciplinar que a montante da CPCJ possa fazer prevenção e intervenção precoce. No total do país houve 35 candidaturas a este projecto do selo protector, 5 foram das escolas piloto que tiveram nos últimos 4 anos a trabalhar as questões do selo protector, significa que das outras 30, 10% foram no nosso Concelho e aqui



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

queria deixar uma palavra de como é óbvio, de reconhecimento e mérito às senhoras professoras dos três agrupamentos, considerando aqui a Escola Profissional como um agrupamento, e não queria deixar também que ficasse registado que mais ou menos em três décadas de existência conjunta destes três agrupamentos ou dos dois agrupamentos e a Escola Profissional, foi a primeira vez que foi desenvolvido um trabalho em conjunto pelos professores dos três agrupamentos e que culminou na criação deste núcleo de apoio ao aluno em risco e perigo do Concelho de Salvaterra de Magos. Com estas parcerias, com mais capacitação, com mais e melhores respostas, nós aqui evidenciamos o maior número de sinalizações e isto significa que passámos a ter respostas concretas para 65,34% dos processos activos em 2017, isto agora tem que se por no terreno, tem que corresponder a medidas efectivas, mas efectivamente durante estes 3 meses conseguimos aumentar a nossa capacidade de resposta, a capacidade de resposta da CPCJ para 65,34% dos processos activos que correspondem a sinalizações da abstinência escolar, a exposição a comportamentos, a violência doméstica, as várias formas de negligência e comportamentos que não são devidamente reprovados por quem tem a guarda de facto das crianças. E agora como o mês de Abril estava a acabar, nós tivemos várias iniciativas a propósito do mês da prevenção que vamos concluir agora na próxima segunda-feira no agrupamento de escolas de Marinhais. Aquilo que ontem aprovámos na comissão alargada foi a criação de um plano local de promoção dos direitos de protecção da criança e jovens e redução de riscos em perigo 2019-2021 do Concelho de Salvaterra de Magos, isto pressupõem uma time line, um road map que começou em Abril com a reflexão sobre a criação deste plano, tem Maio e Junho a realização de inquéritos a alunos, autarcas e a toda a comunidade, Junho e Julho o focus grupos para se identificar as questões das problemáticas, quais é que são as prioridades das pessoas, que direitos é que entendem que são fundamentais ou graduação dos direitos das crianças e dos jovens, tinha Agosto e Setembro para tratamento de dados, em Outubro o regresso ao focus grupo com especial incidência nos delegados de turma e nos subdelegados, para percebermos o que é que as crianças e os jovens entendiam deste plano que estávamos a criar e uma audição pública, Novembro a consolidação e Dezembro a aprovação e apresentação pública, isto como é óbvio agora vai depender de quem lá estiver, tinha a criação



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

de 4 grupos de trabalho com 3 eixos, o primeiro só para a questão dos dados, o segundo da prevenção primária, prevenção secundária, prevenção terciária, todos eles associadas a respostas integradas, porque não uma forma de nós conseguirmos resolver os problemas das crianças, se não resolvermos os problemas das famílias, desde que tenha a família a organização que tiver e era nesta estrutura do planeamento, compromisso, colaboração e acompanhamento que como é óbvio, a roda do acompanhamento que é maior do que todas as outras, porque é aqui que o trabalho do plano se iria reflectir nas crianças e nos jovens, como disse isto respondia às exigências do libertar a criança ou tentar libertar as crianças e jovens do risco e do perigo onde estão submetidos e correspondíamos assim também aquilo que está na declaração de parceria a propósito das candidaturas ao selo protector da criação do sistema integrado de gestão de risco e do perigo que pressupõem um plano estratégico de prevenção dos maus tratos na infância e juventude, planos de gestão de actividades de risco e o plano estratégico de comunicação e colaboração que nós na declaração de parceria vinculamos a CPCJ a ter estes planos para serem integrados nas três candidaturas do selo protector e foram devidamente aceites pela comissão nacional. Teremos então, planeamento, acompanhamento e compromisso, entre todas as entidades, mais do que propriamente só o relatório de actividades e avaliação de 2017, fiz aqui o relatório de actividades e objectivos que tinha enquanto Presidente da CPCJ e partilhados por todos os comissários da CPCJ para o ano de 2018. Quero como é óbvio agradecer a vossa atenção, agradecer a oportunidade que os comissários me deram de ser presidente da CPCJ durante estes 4 meses e como é óbvio, reconhecer o meu pouco mérito, para não voltar a merecer a confiança desta Assembleia Municipal.” -----

--- Ponto onze - Nomeação de cidadãos eleitores para representação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Salvaterra de Magos - Para deliberação

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Como é do conhecimento de alguns, já aqui ando a alguns anos e em vários mandatos que estive presente sempre foi proposto que cada uma das bancadas, um nome que representa-se essa mesma bancada politica, portanto eu gostaria, de manter este precedente e cada bancada política apresenta-se



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

o seu candidato ou nomeasse uma pessoa que pertence-se ou não à Assembleia, mas que representasse essa mesma força política na CPCJ, tem sido assim durante “n” mandatos, inclusivé eu já fui representante, portanto várias pessoas já passaram por estas circunstâncias, tendo em conta que isto é um precedente, daí eu estar a colocar esta questão ao senhor Presidente.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Portanto isso é uma prerrogativa que eu diria de todos os Deputados, que é de apresentar listas ou de fazerem de forma por esse procedimento, o que eu estou a dizer é que não chegou até agora, nenhuma das propostas relativamente a esta matéria, mesmo para outras comissões, isso também não foi seguido, embora pelo menos o que eu me lembro desde que estou aqui, pelo menos nos últimos dois anos, foi seguido um processo de uma lista em que isso se seguiu, independentemente de qualquer Deputado pode fazer, eu gostaria de dizer que dos membros nomeados eu diria que durante todo o mandato metade não foi às reuniões e sensivelmente durante um terço do mandato e eu diria que durante metade do mandato, para aí 75% dos nomeados não foram e durante a última parte do mandato, esta é a experiência que existe e portanto compete à Assembleia, e eu enquanto Presidente passaria a palavra ao senhor Deputado Nuno Antão, apenas digo que a Assembleia está receptiva a que sejam feitas apresentações de nomes, ou individualmente ou outros, os nomes devem ser votados sobre esta matéria.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Nós já escolhemos, é alguém que nós consideramos que para além de formação, tem tido acompanhamento na CPCJ, que é a Ana Paula Guedes.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo: “O senhor Presidente da Câmara também tinha-me feito chegar 4 nomes e o Nuno Antão também me está a pedir a palavra.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “O que eu tinha conversado com o senhor Presidente da Assembleia Municipal há já algum tempo e ele tinha-me, e isto com a máxima frontalidade possível, e ele tinha-me reconduzido para o seio da Assembleia Municipal, uma vez que é o órgão com a competência legal para indicar nomes.



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

Da análise do funcionamento que tem tido a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, a CPCJ, a Câmara entendia, se lhes era permitido dar a opinião, que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, devia ser um órgão o mais possível despolitizado, fundamental é que tivesse quadros técnicos com competência na área da protecção das crianças e jovens, exactamente porque existem muitos processos sempre em avaliação, existe escassez de recursos qualificados para fazer essa avaliação e na ponderação que nós fizemos ou que temos feito ao longo destes 4 anos e pouco que levamos de gestão daquele órgão, seria útil ao funcionamento do próprio órgão, aprendizagem que a Vereadora tem e que me transmitiu naturalmente, que seria útil ao funcionamento do órgão pela qualidade da informação que todos os dias aquelas pessoas têm de tratar, da intimidade da vida dos outros, de um conjunto de problemas de violência e de todo o tipo de informação, que seria útil à CPCJ ser dotada daqueles que por competência, por um lado com competência técnica e depois com valores éticos, associados às profissões que têm e às habilitações académicas que possuem, de total e absoluto sigilo, vinculados a esses sigilos profissionais, e portanto, nessa medida eu tinha dito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e repito-o hoje aqui, porque foi para este órgão que o senhor Presidente me conduziu, no entendimento da Câmara Municipal, na medida em que isso seja aceite, quer pelo senhor Presidente quer pelos senhores Deputados Municipais, era esse esforço que deveríamos fazer. Nessa medida, a senhora Vereadora Helena Neves que tem o pelouro, contactou um conjunto de quadros técnicos deste Concelho, muitos deles com trabalho de voluntariado feito na bolsa de voluntariado local e com currículo essencialmente na área da psicologia e da psicologia clinica, de alguma forma olhando também todo o conjunto do território, e nesse trabalho de levantamento cujos currículos, eu tive o cuidado de trazer, para poder dar essa informação ao senhor Presidente, e aqui estão, mas de uma forma sintética, nós fizemos este levantamento que incluía técnicos, como a Dr.^a Vera Vidigal que é psicóloga clinica aqui na Escola Profissional de Salvaterra de Magos, incluía o Dr. Rogério Jorge que é psicólogo clinico e que trabalha na rede local de intervenção social de Salvaterra de Magos e vive nos Foros de Salvaterra e a Dr.^a Vera Vidigal vive em Salvaterra. Este Dr. Rogério Jorge tem também participação profissional na Fundação Madre Luiza Andaluz, que recebe e recolhe crianças com problemas institucionados digamos assim.



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

Um terceiro nome, que é de Marinhais, é a Dr.^a Fátima Gameiro que é uma psicóloga clínica que trabalha num dos lares de Santo António, que também recebe crianças institucionalizadas e que já fez parte como psicóloga de CPCJ's da Santa Casa, também já trabalhou na Escola Profissional de Salvaterra de Magos e que dá aulas inclusive na Universidade Lusófona. Queremos juntar esta disponibilidade voluntária e graciosa destes técnicos, também o de uma professora, a professora Teresa que é da Escola EB2 e 3 de Marinhais, e porquê da EB2 e 3, se nós temos um Agrupamento de Escolas em Salvaterra, teríamos as 3 escolas representadas, pela professora Teresa Barreira que é da EB2 e 3 de Marinhais, que era esse o nome da proposta que fazíamos, porque o representante da educação na CPCJ já é o professor João Correia, que é deste Agrupamento de Salvaterra e através da Dr.^a Vera Vidigal tínhamos também a Escola Profissional representada, portanto houve a preocupação nestas escolhas de cobrir os três agrupamentos, de cobrir o território do Concelho e acima de tudo ter pessoal qualificado." -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: "Eu como é óbvio, pareceu-me absolutamente normal a inversão da ordem de trabalhos, mas como é do conhecimento público do senhor Presidente da Assembleia, do senhor Presidente da Câmara, dos senhores Vereadores, dos Deputados e do público aqui presente, eu em Novembro enquanto representante dos cidadãos na Comissão Alargada da CPCJ fui eleito Presidente da CPCJ, e desde esse momento para cá tem sido desenvolvido um conjunto de trabalho que envolve toda a comunidade e que seria vertido no relatório que iria apresentar antes desta votação, e que fazia o enquadramento, como é óbvio da proposta que faço à Assembleia Municipal, proposta essa que passa por uma leitura daquilo que foram as representações dos cidadãos designados pela Assembleia Municipal na CPCJ desde o ano 2001, e estamos aqui muito poucos que tiveram a oportunidade de participar em 2001, em 2005, em 2009, em 2013 e agora em 2018, não por acaso de 2001 a 2005 tivemos de designar duas vezes os representantes dos cidadãos na Comissão Alargada, de 2005 a 2009 teve que se designar duas vezes os representantes dos cidadãos na CPCJ, de 2009 a 2013 teve que se designar duas vezes os representantes dos cidadãos da CPCJ e de 2013 a 2017 tivemos que designar duas vezes os representantes. Isto porque a ótica que foi consensualizada em 2001 que era



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

cada grupo indicava um, foi mantida até ao início do mandato de 2013, e nesse mandato até numa ótica de partilha entre todos os grupos municipais, o Partido Socialista não indicou nenhum representante dos cidadãos para a CPCJ, no primeiro acto eleitoral que houve e num segundo já indicou dois, porque as primeiras escolhas revelaram-se como é óbvio, como é óbvio para toda a gente, revelaram-se que foram escolhas que foram pouco participativas na CPCJ e então tivemos que designar e já tivemos uma designação mista entre representantes de grupos políticos e representantes de cidadãos de estruturas inorgânicas digamos assim de movimentos inorgânicos. Desde Novembro até este período foi desenvolvido um conjunto de trabalho que eu sinceramente agora como é que eu vos posso apresentar, mas ele conduzia e conduziu a um trabalho desenvolvido pela CPCJ, nomeadamente na candidatura ao selo protector, posso-vos simplificar a linguagem como sendo uma bandeira azul da qualidade das praias, neste caso da certificação do ambiente protector das crianças nas escolas e desse trabalho resulta uma proposta que vos quero apresentar de representantes dos cidadãos na CPCJ, modalidade alargada, designados pela Assembleia Municipal que tem o meu próprio nome, que neste momento desempenha as funções de Presidente da CPCJ, que tem a Inês Gonçalves que é directora técnica do CBES de Muge e que dá coerência territorial a esta comissão, que tem situações infelizmente em todo o seu território e acompanha até ainda algumas situações fora do território, por força daquilo que é o procedimento legal no tratamento da promoção e protecção das crianças e jovens, é o da Dr.ª Vera Vidigal que é a psicóloga da Escola Profissional que foi uma das propostas motoras da candidatura ao selo protector e uma das proponentes da criação do núcleo de apoio ao aluno em risco e em perigo do Concelho de Salvaterra de Magos, da candidatura pressupunha que houvesse uma equipa em cada escola e as escolas decidiram entre elas e a CPCJ concordou como é óbvio, que em vez de três equipas houvesse só uma equipa, e a Dr.ª Vera Vidigal foi uma das que fez essa proposta, e o quarto nome sugerido é o da professora Maria Castelo Lopes, que é neste momento Presidente da CAP – Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas de Salvaterra de Magos, e que pelo menos por aquilo que é público não irá continuar, tendo assim disponibilidade total para com a sua reflexão e com o seu conhecimento, poder contribuir para mantermos a coerência deste projecto, iniciado em Dezembro de 2017 e para o



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

qual apresentando estes nomes, para o qual peço como é obvio a confiança dos senhores e senhoras Deputadas Municipais, não deixando de referir à senhora Deputada Marta Jorge, que se efectivamente isso é uma prática, foi uma prática seguida que não deu bons resultados e aquilo que vos peço a todos é em função da minha própria experiência nestes 4 meses enquanto Presidente da CPCJ e no ano e meio anterior enquanto membro da Comissão Alargada, que possam validar este procedimento desta designação que não corresponde à representação politico partidária na Assembleia Municipal mas representa o aspecto político do nosso Concelho.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Emílio Coelho dizendo o seguinte: “Eu não concordo que tenha de ser um partido político a nomear uma pessoa ou a apontar uma pessoa, para este tipo de coisas, sou professor há muitos anos, participei em coisas e cheguei a uma conclusão, é que os políticos devem-se cingir à política, este caso CPCJ é extraordinariamente sensível, e eu escrevi aqui uma coisinha a dizer assim, tem que ser pessoas qualificadas e com disponibilidade, e para além do mais sejam autores de dar o salutar fruto do exemplo da sua actividade familiar, porque não basta ser no plano formal. E eu vou contar-vos um caso, há cerca de três ou quatro anos, eu tinha aqui uma aluna extraordinariamente inteligente e andava a vender umas coisitas para ver se arranjava dinheiro, ela estava no 12.º ano, e eu depois perguntei-lhe se ela ia efectivamente continuar a estudar na Universidade e ela disse-me que não tinha dinheiro, e onde é que estavam essas pessoas que eram responsáveis, que tinham o nome de pertencer a isto e pertencerem áquilo, então foi o senhor Emílio Manuel Coelho que foi falar com a pessoa indicada e disse, a moça vai estudar que eu pago o estudo e quando ela se formar depois pagar-me-á, quando puder e quiser. Nós, nós não porque eu não sou politico, sou técnico, é que os políticos tem a intenção de se meter em tudo, deixem a vida civil, deixem as coisas para as pessoas qualificadas e que tem disponibilidade, e vou contar-vos mais uma coisa, quando fui para a Misericórdia, as pessoas foram convidadas porque iam à missa ao Domingo, eu creio que fui o único que foi convidado porque não fui à missa ao Domingo, e então o que é que aconteceu, um é padre só vem cá à segunda-feira, o outro está em Lisboa só vem cá à segunda-feira, a outra também vai à missa ao Domingo, está a dar aulas e também não vem cá, quer dizer e de uma comissão de 6 ou 7 pessoas só 2



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

ou 3 é que trabalhavam, portanto não interessa ser no plano formal, interessa é pessoas com disponibilidade e que nós olhamos para elas e digamos, sim senhor é a pessoa indicada porque a sua vida fala por si.” -----

---- Interveio a senhora Deputada Marta Jorge dizendo o seguinte: “Aquilo que foi argumentado, quer pela parte do senhor Presidente da Câmara quer pelo Deputado Nuno Antão, de que realmente as coisas não correram assim tão bem nos últimos mandatos, efectivamente cada um fala por si e eu posso falar neste momento pelo José Manuel Coelho, que embora não esteja presente, foi a todas as reuniões, portanto mantemos exactamente a mesma proposta, em que cada partido deve nomear quem considerar que é ideal para o cargo, e nós mantemos a Ana Paula Guedes nesta nomeação. A senhora em questão tem formação, tem estado em contacto com a CPCJ directamente, tem feito várias formações, portanto quanto à questão de formação estamos conversados, é uma pessoa que se tem dedicado às causas sociais, todos nós a conhecemos, e por isso continuamos a achar que é a pessoa ideal para nos representar e disso não abrimos mão. Quanto à questão das outras listas, obviamente que eu não coloco aqui em causa o valor de cada uma das pessoas nomeadas, algumas delas conheço pessoalmente, nomeadamente a Fátima Gameiro que conheço desde a Escola Primária em que andámos juntas, portanto tenho plena consciência do trabalho dela, ou da Dr.^a Maria Castelo, entre outras, mas continuamos a perfilhar esta posição e dela não abdicamos.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Existe duas formas de fazer esta votação, a votação tem de ser secreta, porque é votação nominal, ou é votação cenário A, votação nome a nome, e portanto elegemos 4 pessoas, ou então cenário B, há dois conjuntos de listas com 4 pessoas, metemos estas duas votações e se uma listas vencer consideramos que o problema está resolvido. Eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal faço minha a proposta dos nomes do Presidente da Câmara Municipal à proposta do Nuno Antão e à proposta do seu nome, ou faremos uma votação nome a nome, ou faremos uma votação 4 a 4 com lista A e B, e ganhará e nesse sentido tem o problema do nome de Ana Paula Guedes não ir a votação.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Nuno Antão dizendo o seguinte: “Eu se bem interpreto, eu às



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

duas por três já acho que às vezes não consigo interpretar as coisas bem, mas se bem interpreto o que está a acontecer neste momento, eu falei com estas três pessoas, enquanto Presidente da CPCJ para as convidar a pertencer à Comissão Alargada da CPCJ, não as convidei para se submeterem à votação da Assembleia Municipal e também parto do princípio que a Dr.^a Vera Vidigal não aceitou o convite de duas pessoas, aceitou o convite pensando que estava com toda a certeza a tratar da mesma matéria. Eu como é óbvio, não fazendo isso parte do espírito com que eu tive neste tempo na CPCJ, nem do espírito com que eu falei com estas pessoas, eu como é óbvio, retiro imediatamente os nomes que tinha para propor mas não abduco, se a mesa assim o entender, de apresentar o relatório de actividades da CPCJ de 2017.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Sendo assim porque o Nuno Antão retirou os seus 4 nomes, ficaram 5 nomes, ou seja ou ponho a lista de 4 nomes a votação, cenário A, é eleita ou não é eleita, ou ponho 5 nomes a votação, um a um. Eu não consigo e estou a falar porque sou o proponente da lista, não consigo e vou dizer porquê, e até não foi comigo mas isso eu estou no domínio das perceções, imagino que eu estou no domínio que não sei quem é, mas deduzo que é um membro desta Assembleia, que não eu, que tem uma acusação feita nas redes sociais humilhantes para a sua mulher, e não é comigo, eu acho que é com membro aqui desta Assembleia, a seguir volta novamente a aparecer outro, vê dois ex-presidentes da CPCJ metidos nisso, vê com alguma dificuldade que seja inserido o nome, portanto eu como proponente da lista não consigo e não é por mim, é por solidariedade de um membro Deputado que está nesta Assembleia, deduzo eu porque não é explícito, que foi acusado e a mulher dele, e eu acho que não pode haver um critério, imagina que eu fazia isso em algum lado, e tinha de pedir a demissão da fundação Inatel, devem estar a imaginar, e isso repete-se com dois ex-presidentes da CPCJ, é impossível acrescentar essa pessoa a esta lista, portanto pode-se por as duas listas em votação.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Carlos Fatia Tezo dizendo o seguinte: “Queria colocar assim a seguinte questão, à algum problema ou à alguma incorrecção em colocar as duas listas à votação, lista A e lista B.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “Não à uma



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

proposta de uma parte para incluir o nome Ana Paula Guedes nesta lista e eu estou a dizer que sendo proponente que é impossível.” -----

---- Interveio o senhor Deputado Carlos Fatia Tezo dizendo o seguinte: “Então se só há a lista A, porque é que não passamos à votação da lista A.” -----

---- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo o seguinte: “ Não podemos passar à votação da lista A se a lista ficar incluída, mas o que eu estou a dizer é votar nome a nome. Querem votar nome a nome? Então vamos votar nome a nome. Primeira votação a Ana Paula Guedes, sim ou não? Quem vota na Ana Paula Guedes põe sim, quem não vota põe não, se ficar rejeitada vota-se os quatro, se ficar aprovada tem de se votar um a um.” -----

---- Foi apresentada uma lista, subscrita pelo Presidente da Assembleia Municipal com a seguinte composição: Vera Vidigal, Rogério Jorge, Fátima Gameiro e Teresa Barreira, e uma proposta do BE, indicando a senhora Ana Paula Guedes. -----

---- Submetida a votação por escrutínio secreto a proposta do BE, foi a mesma reprovada com 17 votos contra, 2 votos a favor e 4 votos em branco. -----

---- Foram eleitos por escrutínio secreto a lista subscrita pelo Presidente da Assembleia Municipal (Vera Vidigal, Rogério Jorge, Fátima Gameiro e Teresa Barreira), com 17 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos em branco. -----

---- Ponto doze - Aumento do capital social por incorporação de reservas e alteração parcial dos estatutos da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A. – Para deliberação -----

---- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo o seguinte: “O que está em causa é a incorporação de resultados transitados de 7,5 milhões no capital da empresa Águas do Ribatejo que passará a ter um capital social de 13,7 milhões de euros, o que pode ajudar na negociação e no estabelecimento de melhores condições de financiamento bancário, para as obras a levar por diante por aquela empresa. Uma questão de pormenor ainda, a empresa Águas do Ribatejo chama-se Águas do Ribatejo EM, SA e agora passa a chamar-se Águas do Ribatejo EIM, SA, portanto é a evolução da empresa municipal para empresa intermunicipal. A questão relevante política mais importante, é que o capital social da empresa ficou blindado a ser apenas propriedade dos Municípios ou de entidades que sejam compostas exclusivamente



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

por Municípios e portanto foi a forma de fechar o capital social da empresa Águas do Ribatejo a capitais privados. Dizer apenas só mais em nuance que em termos do nosso território neste momento, decorrem trabalhos feitos pela empresa Águas do Ribatejo ou estão em vias de evoluir trabalhos nas Águas do Ribatejo, tem a ver com o transporte de água até à Várzea Fresca, a partir dos tratamentos de água e das captações que existem em Salvaterra e Foros de Salvaterra, essa é uma obra, outra obra relevante é também e foi aprovada pelos fundos comunitários, é a questão da drenagem dos efluentes domésticos e abastecimento de água na zona do centro escolar, Travessa da Pedreira, Rua 1.º de Maio e Rua do Campo de Futebol, é outra obra importante que eles tem, uma outra será também a drenagem da zona do Bilrete, portanto da Aldeia do Peixe e de todos os arruamentos que vão dar à Aldeia do Peixe, portanto uma parte da obra em Benavente e uma parte da obra no Concelho de Salvaterra de Magos e uma outra candidatura que ainda está dependente de fundos comunitários é a criação de um investimento na ordem de um milhão de euros, que esperamos que seja aprovado, vamos ver, para ampliação de 7 km de esgotos em Mariniais.” -----

---- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

---- a) Aprovar a transferência do montante de € 7.592.543,41 (sete milhões quinhentos e noventa e dois mil quinhentos e quarenta e três euros e quarenta e um cêntimos) da conta de Resultados Transitados para a conta de Outras Reservas da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.; -----

---- b) Aprovar o aumento do capital social da AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A., reservado aos seus accionistas, que passará de € 6.871.681,00 (seis milhões oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e um euros para € 13.743.362,00 (treze milhões setecentos e quarenta e três mil trezentos e sessenta e dois euros), através de incorporação de reservas no montante de € 6.871.681,00 (seis milhões oitocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e um euros), com o conseqüente aumento proporcional da participação de cada accionista, mediante o aumento do valor nominal das acções representativas do capital social dessa Sociedade de um Euro para dois Euros, acompanhada da Deliberação do Conselho de Administração da Sociedade de 28.03.2018, da Informação n.º DAF/102/2018, de 28.03.2018, e dos três anexos



Município de Salvaterra de Magos
Assembleia Municipal

Sessão Ordinária de 27/04/2018

ACTA N.º 5

que a acompanham; -----

---- c) Aprovar a alteração da denominação da Sociedade para AR – Águas do Ribatejo, E.I.M., S.A. e de alteração da redação dos artigos 1.º, 2.º, n.º 4, 4.º, 7.º, n.ºs 1 e 2, 10.º, n.º 1, 14.º, n.º 2, 21.º, n.º 3, 22.º, n.º 2, 24.º, alíneas f), h), i), q) e s), 27.º, n.º 2, 30.º, n.º 1, 32.º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, bem como de adequação do texto dos Estatutos ao novo acordo ortográfico, em conformidade com o projecto de estatutos junto como Anexo II à Informação n.º DAF/102/2018, datada de 28.03.2018. -----

---- **Período de Intervenção Aberto ao Público.** -----

---- Encerrada a ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público presente, não se registando qualquer intervenção. -----

---- No final da sessão procedeu-se à leitura da minuta da acta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Encerramento da Reunião. -----

---- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era 23:15 horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, _____

O 1.º Secretário _____

O 2.º Secretário _____